

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO N° , DE 2010

(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Propõe que a Comissão de Desenvolvimento Urbano solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU a realização de auditoria sobre o montante investido pelo Governo Federal nos últimos anos, em especial com a utilização de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para consolidar e ampliar a ocupação territorial de áreas de risco.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, inciso X, com o art. 60, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requeiro a V.Ex^a que, ouvido o Plenário desta Comissão, solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU a realização de auditoria sobre o montante investido pelo Governo Federal nos últimos anos, em especial com a utilização de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para consolidar e ampliar a ocupação territorial de áreas de risco.

JUSTIFICATIVA

Estarrecido, assisto a mais uma sessão de desmoronamentos de encostas; desta vez, no Rio de Janeiro. Atônito, tomo conhecimento, pela imprensa, que o poder público, ao invés de desocupar as áreas de risco e transferir seus moradores para áreas seguras, **investiu na urbanização dessas áreas, incentivando a permanência e novas ocupações.**

A tragédia em Niterói expôs a precariedade de ações de contenção de barreiras e controle da ocupação irregular em áreas de risco, bem como a necessidade de se repensar políticas públicas para coibir tais ocupações irregulares. Especialistas apontam que o cenário de devastação em que Niterói se transformou era apenas uma questão de tempo e alertam que **grande parte do desastre poderia ter sido evitada com esforços do poder público.**

Em reportagem publicada no Jornal “O Fluminense”, o engenheiro Abílio Borges visitou os morros do Bumba, Estado, São José 340, além da região de Tenente Jardim. A situação na comunidade de Viçoso Jardim, construída em cima do lixão desativado há 30 anos, impressionou pelo conjunto de irregularidades. Segundo o engenheiro, a área mais devastada do município jamais poderia ter sido ocupada, porque, além do risco de transmissão de doenças, o solo que abriga lixões é instável. A área integra o conjunto de comunidades que resistiram à primeira tempestade, mas, devido ao solo encharcado, desabaram dias depois.

Já na região conhecida como São José 340, no Fonseca, Abílio destacou que a região é muito íngreme, com árvores e lixo acumulado - cenário ideal para grandes deslizamentos. “A vegetação protege o solo, mas as árvores,

quando caem, trazem grande parte de material das encostas. Além disso, ainda há água escorrendo pelo local e ela deveria ser escoada de maneira correta”, alerta.

Durante o trajeto, Abílio destacou a presença de casas em situação de risco, sobretudo, no entorno dos morros afetados. Ele destaca que, se não houvesse construções irregulares, os desmoronamentos seriam menores. Além disso, o solo dá sinais quando vai cair, através do surgimento de rachaduras. Porém, alerta o engenheiro, muitos moradores não prestam atenção e acham que é normal e a prefeitura, por sua vez, não fiscaliza.

Segundo a reportagem, tão doloroso quanto ver o cenário de destruição e a dor no rosto de centenas de pessoas que perderam residências e parentes, é constatar que o mal poderia ter sido evitado ou ao menos amenizado. Em 2004 e 2007, dois estudos da Universidade Federal Fluminense (UFF) apontaram 142 áreas de risco em 11 pontos da cidade. Pesquisadores encontraram áreas onde a remoção de residências deveria ter sido feita imediatamente. Entretanto, de acordo com o professor da UFF Élson Antônio do Nascimento, a análise, feita com base em critérios do Ministério das Cidades, foi ignorada pelo então prefeito, Godofredo Pinto.

Diante desse cenário, indaga-se quanto o Governo Federal investiu nos últimos anos para consolidar e ampliar a ocupação de áreas de risco, em especial com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC? Esse levantamento faz-se necessário para identificar os erros da política pública e redirecioná-la, evitando-se que tragédias como essa de Niterói se repitam em outras cidades brasileiras.

Sala da Comissão, em de abril de 2010.

Deputado ARNALDO JARDIM
PPS/SP